

Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A.

CNPJ nº 13.475.478/0001-10

Relatório da Administração

Carta do Presidente: A administração da Arena das Dunas S.A., corroborando o compromisso de transparência junto à sociedade potiguar e ao Poder Concedente, apresenta a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o primeiro ano de operação da Arena. **Informações gerais:** O contrato de Concessão Administrativa da Parceria Público Privada ("PPP") firmado entre a Arena das Dunas S.A. ("Companhia") e o Governo do Rio Grande do Norte, teve início em abril de 2011 e terminará em abril de 2031. O contrato contempla a construção, gestão e operação da nova Arena Multiuso ("Arena"), proporcionando um local seguro, confortável e moderno, com conteúdo ligado ao esporte, cultura e entretenimento, compromissos estes que vêm sendo honrados pela administração da Companhia. **Parceria com o Estado do Rio Grande do Norte:** Concluída a construção da nova Arena e com o início da operação, o Estado do Rio Grande do Norte inicia os investimentos que garantem à sociedade potiguar um legado moderno e seguro. Tais investimentos estão divididos em parcelas fixas e variáveis, que têm como objetivo saldar o financiamento para construção da Arena e garantir os investimentos em operação e manutenção nos padrões exigidos pelo contrato de concessão. A administração da Arena é rigorosa e constantemente avaliada por meio de um Quadro de Indicadores de Desempenho (QID) com mais de 80 itens, e caso não cumpra com os padrões de desempenho exigidos, poderá ser penalizada com redução da

parcela variável. **Recursos que viabilizaram a construção:** Os estudos iniciais do projeto da Arena sempre proporcionaram condições interessantes ao ente público e ao operador da Arena. No âmbito da Parceria Público Privada (PPP) foi responsabilidade do Operador a obtenção dos financiamentos. O Ente Público contribuiu com importantes garantias como imóveis e royalties do petróleo. O Operador colaborou com recursos próprios e aval corporativo, que juntamente com as garantias públicas, proporcionaram a obtenção de todos os recursos para construção da Arena. A responsabilidade pelo pagamento das obrigações financeiras, inclusive remuneração dos recursos aportados pelo Operador, fica a cargo da Arena, que, com as receitas operacionais, somadas às parcelas fixas e variáveis, vêm honrando todos os seus compromissos e garantindo uma operação de vanguarda. **Divisão de resultado com o ente público:** A operação da Arena poderá gerar resultados positivos que serão compartilhados com o Ente Público. As receitas operacionais obtidas por meio da realização de eventos esportivos, culturais e de entretenimento, somadas a aluguéis de espaço e qualquer outra propriedade comercializável da Arena, poderão proporcionar resultados positivos, que serão divididos igualmente entre o Ente Público e o Operador. Em caso de frustração das receitas operacionais, com consequentes resultados negativos, estes serão assumidos integralmente pelo Operador. Considerando que a Arena acaba de concluir o seu primeiro ano de operação e que alguns meses foram comprometidos pela realização da Copa do Mundo, as receitas operacionais ainda

não foram suficientes para remunerar ambas as partes. Entretanto, existe uma previsão que em breve haverá resultado positivo. Vale esclarecer que a divisão de resultados com o Poder Concedente não está vinculada ao resultado contábil explicitado nas demonstrações financeiras, uma vez que este último leva em consideração também as receitas provenientes da atualização financeira - que não representam entrada real de caixa para a Companhia, pois visa o pagamento do financiamento e dos recursos privados aplicados na construção da Arena. **Contribuição social e ambiental:** A Arena é hoje um importante cartão postal da capital potiguar e, direcionando esforços para aspectos sociais e ambientais tem participado ativamente da vida de muitos cidadãos de Natal. Programas sociais de sucesso foram implantados: Escola de Produtividade, Cursos Profissionalizantes para Construção, Menor Aprendiz, Inclusão Digital e Contratação de Pessoas com Deficiência. Além disso, a Arena apoia programas de inclusão no mercado de trabalho para pessoas de baixa renda e primeiro emprego. Sempre preocupada com o meio ambiente, a Arena se dedica a programas de reciclagem, armazenamento de águas de chuva e eficiência energética. Por resultado desse esforço, conquistou certificados importantes, como o selo do INMETRO para Eficiência Energética e, recentemente, a certificação LEED para a edificação.

Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A.

Mauro Guilherme Araújo - Diretor Presidente

Balanço Patrimonial Levantado em 31/12/2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	2014	2013
Circulante		162.497	128.018
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.074	11.025
Ativo financeiro da concessão	5	133.280	113.484
Contas a receber	6	822	-
Impostos a recuperar	7	3.750	561
Despesas antecipadas	8	524	2.944
Outros ativos		47	4
Não circulante		582.136	567.760
Aplicações financeiras	5.1	17.134	-
Ativo financeiro da concessão	5	559.221	560.408
Impostos a recuperar	7	5.482	6.627
Despesas antecipadas	8	-	484
Imobilizado		280	217
Intangível		19	24
Total do ativo		744.633	695.778
Passivo	Nota explicativa	2014	2013
Circulante		78.037	28.176
Fornecedores		689	1.060
Empréstimos e financiamentos	9	36.356	10.881
Debêntures	10	16.128	7.001
Partes relacionadas	11	-	8.181
Obrigações sociais e trabalhistas		1.166	697
Tributos e contribuições a recolher	12	742	87
Tributos diferidos	13	17.860	-
Dividendos a pagar	14 (b)	4.774	-
Outros contas a pagar		322	269
Não circulante		535.115	568.221
Empréstimos e financiamentos	9	353.246	376.422
Debêntures	10	70.026	78.945
Tributos diferidos	13	111.843	103.083
Dividendos a pagar	14 (b)	-	9.771
Patrimônio líquido		131.481	99.381
Capital social		75.012	68.012
Reserva de lucros		56.469	31.369
Total do passivo e do patrimônio líquido		744.633	695.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31/12/2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 6/04/2011, tendo como objetivo exploração da concessão administrativa para prestação dos serviços de demolição, construção, gestão da operação e manutenção da Arena das Dunas, de características multiuso, podendo no fiel cumprimento do seu objeto realizar: a exploração de atividade de engenharia civil, inclusive desenvolvimento, gerenciamento, construção e execução de obras civis, por si ou por terceiros; a exploração mediante a compra e venda de bens, realização de eventos, exploração de publicidade e serviços de valor adicionado de telecomunicações, bem como outras atividades complementares; a locação de bens e espaços móveis e imóveis; e a importação e exportação de bens e serviços em geral. O contrato de concessão teve início no dia 15/04/2011 com prazo de vigência até o dia 15/04/2031. A Companhia é controlada pela OAS Arenas S.A. e tem sede na cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte. **2. Base de preparação e políticas contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **2.2. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais práticas contábeis:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 25/02/2015. As demonstrações financeiras da Compa-

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31/12/2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Reserva de Lucros Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
	Nota	Subscrito	A integralizar	legal			
Saldo em 31 de dezembro de 2012		40.000	(7.624)	779	11.102	-	44.257
Aumento de capital	14 (a)	28.012	-	-	-	-	28.012
Integralização de capital	14 (a)	-	7.624	-	-	-	7.624
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.558	-	25.558
Constituição de reservas	-	-	-	1.278	18.210	(19.488)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14 (b)	-	-	-	(6.070)	-	(6.070)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		68.012	-	2.057	29.312	-	99.381
Reversão de dividendos	14 (b)	-	-	-	9.771	-	9.771
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	7.000	7.000
Aumento de capital	14 (a)	7.000	-	-	-	(7.000)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.102	-	20.102
Constituição de reservas	-	-	-	1.005	14.323	(15.328)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14 (b)	-	-	-	(4.774)	-	(4.774)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		75.012	-	3.062	53.407	-	131.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31/12/2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2014	2013
Receita líquida	15	103.572	299.690
Custo dos serviços prestados	16	(5.820)	(216.823)
Lucro bruto		97.752	82.867
Despesas gerais e administrativas	16	(19.449)	(5.677)
Lucro antes do resultado financeiro		78.303	77.190
Receitas financeiras		3.283	340
Despesas financeiras		(47.650)	(38.800)
Resultado financeiro	17	(44.367)	(38.460)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		33.936	38.730
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	18	(13.834)	(13.172)
Total		(13.834)	(13.172)
Lucro líquido do exercício		20.102	25.558
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$		0,27	0,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31/12/2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	20.102	25.558
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	20.102	25.558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31/12/2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do IR e da CS		33.936	38.730
Ajustes para recon. o lucro antes do IR e da CS com o caixa ger. pelas (aplic. nas) ativ. operacionais:			
Depreciação e amortização	16	38	18
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	9, 10	46.298	38.067
Redimento sobre aplicação financeira		(223)	-
Atualização do ativo financeiro	15	(105.505)	(71.456)
Amortização do custo de transação	9, 10	591	640
Margem de construção	16, 17	(2.999)	(11.411)
Constituição de impostos difer. sobre a receita		12.786	-
Outros		-	(18)
Total		(12.378)	(5.430)

(Aumento) redução nos ativos operacionais:

Ativo financeiro 87.195 (216.823)

Contas a receber (822) -

Impostos a recuperar (2.044) (76)

Despesas antecipadas 2.904 (3.379)

Outros ativos (43) (3)

Aumento (redução) de passivos operacionais:

Fornecedores (371) 682

Obrigações sociais e trabalhistas 469 623

Obrigações tributárias 655 63

Outras contas a pagar 53 18

Juros pagos 9, 10 (51.271) (32.252)

Caixa líq. gerado pelas (aplicado nas) ativ. operac. 24.347 (256.577)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Aquisição de imobilizado (96) (159)

Aquisição de intangível - (22)

Caixa líquido aplicado nas ativ. de investimentos (96) (181)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Captação de empréstimos 9 12.710 178.787

Empréstimos - valores pagos 9 (5.820) -

Custo de captação de empréstimos - (166)

Partes relacionadas - valores pagos 11 (8.181) 2.413

Integralização de capital 14 (a) 7.000 35.636

Conta reserva 5.1 (16.911) -

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (11.202) 216.670

Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa 13.049 (40.088)

Caixa e equiv. de caixa no início do exercício 4 11.025 51.113

Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício 4 24.074 11.025

Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa 13.049 (40.088)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

contínuas *

→* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31/12/2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.4. Ativo financeiro de concessão:** Refere-se à parcela dos direitos a faturar decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado do Rio Grande do Norte classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente pelos serviços de construção da Arena das Dunas decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de concessão. **2.5. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.6. Tributação:** 2.6.1. IR e CS - correntes: O IR e a CS são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para IR, e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o Lucro Líquido - CS/L, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. 2.6.2. IR e CS - diferidos: Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da CS e diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para realização desses créditos no futuro e são demonstrados no ativo não circulante. O IR e CS diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. 2.6.3. Regime especial de tributação: O decreto número 7.319 de 28/09/2010 criou o Regime Especial de Tributação ("Recopa") destinado à construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol com utilização prevista nas partidas oficiais da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014. O decreto suspende a exigibilidade da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita auferida pela pessoa jurídica vendedora de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, materiais de construção, prestação de serviços e locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, todos citados para utilização nas obras, quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime. A Companhia passou a ser enquadrada no Recopa em 19/01/2013. A partir dessa data, a Companhia não se creditou mais de PIS e da COFINS sobre as compras. Esse regime foi específico para o período de construção, tornando-se sem efeito para a Companhia após o término da obra. **2.7. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros sejam apurados quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. **2.7.1. Receita de construção:** A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro, presente no contrato de concessão, uma vez que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. **2.7.2. Receita de juros:** A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.8. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e o ativo financeiro decorrente do contrato de concessão. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e debêntures. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2014	2013
Caixa e bancos	266	145
Aplicações financeiras	23.808	10.880
Total	24.074	11.025

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas equivalentes a aproximadamente 100% dos Certificados de Depósitos Bancários ("CDI") com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **5. Ativo financeiro de concessão:**

	2014	2013
Receíveis de contratos de concessão faturado (a)	21.574	-
Receíveis de contratos de concessão a faturar (b)	670.927	673.892
Total	692.501	673.892
Ativo circulante	133.280	113.484
Ativo não circulante	559.221	560.408
Total	692.501	673.892

(a) O processo de transição do recebimento da parcela referente à competência de novembro junto ao governo do Estado foi efetuado no dia 30/12/2014, sendo a compensação bancária realizada no primeiro dia útil de janeiro de 2015. (b) Refere-se à parcela dos direitos a faturar decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado do Rio Grande do Norte até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do poder concedente pelos serviços de construção da Arena das Dunas. A contraprestação pecuniária a ser paga a concessionária corresponde a um valor nominal mensal de R\$ 10.952. Deste montante, 85% corresponde à parcela fixa da contraprestação, e 15% corresponde à parcela variável da contraprestação, a qual depende de indicadores de desempenho pactuados contratualmente relacionados à construção da Arena. A parcela fixa sofrerá reduções ao longo do contrato, não ocorrendo qualquer redução e/ou acréscimo na parcela variável. Após a entrega da obra, do 1º ao 8º ano, não há redução da contraprestação fixa. Do 9º ao 12º ano de operação haverá a redução de 30% da contraprestação fixa. Do 13º ano da operação até o fim do contrato haverá a redução de 100% da contraprestação fixa, sendo mantida apenas a contraprestação variável. A taxa de desconto utilizada para atualização do ativo financeiro é 16,38% a.a. A seguir está apresentada a movimentação no ativo financeiro:

	2014	2013
Saldo em 31/12/2013	673.892	-
Receita de construção	1.616	-
Atualização financeira	105.505	-
Recebimento das contraprestações	(86.570)	-
IRRF sobre contraprestações	(1.943)	-
Saldo em 31/12/2014	692.501	673.892

5.1. Outros ativos e passivos financeiros: O valor da aplicação financeira de longo prazo (R\$17.134), refere-se à constituição de uma conta reserva a título de garantia, a ser preenchida com saldo não inferior ao montante equivalente a soma das prestações de amortizações do principal e juros do contrato de empréstimo junto ao BNDES dos subcréditos "A" e "B", vencíveis nos 03 (três) meses imediatamente subsequentes. A aplicação financeira é remunerada por uma taxa

	2013	Adições	2014
Subcréditos			
BNDES CB Suécrito "A"	324.915	5.124	330.039
BNDES CB Suécrito "B"	58.948	1.484	60.432
Custos de transação	-	-	(3.168)
Total	383.863	6.608	388.303

O montante de não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2014	2013
2015	-	10.881
2016	34.548	33.791
2017	34.548	33.791
2018	34.548	33.791
A partir de 2019	249.602	264.168
Total	353.246	376.422

Garantias: Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da prestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas. **"Covenants" contratuais:** O contrato de financiamento apresenta cláusulas restritivas baseadas no cálculo do ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida como forma de limitação à distribuição de dividendos. Além desses compromissos financeiros, existem outros compromissos assumidos, dentre os quais: • Não realizar alterações no contrato de parceria público privada; • Não efetuar qualquer aditamento à escritura de emissão de debêntures sem a prévia anuência do BNDES; • Ocorrência de vencimento antecipado das debêntures objeto da 1ª Emissão de Debêntures; • Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES; • Não contrair ou conceder mútuos aos seus acionistas ou a qualquer outra empresa do Grupo Econômico sem anuência do BNDES; • Declaração de eaduidade do contrato de parceria público privada; e • Não realizar alterações societárias sem a prévia anuência dos agentes. Em 31/12/2014, não foram identificados eventos que pudessem resultar no não cumprimento das referidas cláusulas restritivas. O contrato de empréstimo junto ao BNDES tem como agente garantidor a OAS S.A.

equivalente a aproximadamente 100% dos Certificados de Depósitos Bancários ("CDI"), com resgate restrito ao vencimento da dívida que ocorrerá em 2026. **6. Contas a receber:**

	2014	2013
Eventos	391	-
Locação de espaço	160	-
Bilheteria	90	-
Publicidade	78	-
Camarote	73	-
Catering	30	-
Total	822	-

Referem-se aos recebíveis decorrentes das atividades de operação relativas às vendas de serviços contemplados no contrato de parceria público privado firmado com o Estado do Rio Grande do Norte. **7. Impostos a recuperar:**

	2014	2013
IRRF (a)	2.567	62
PIS e COFINS a recuperar (b)	6.402	6.904
Outros	263	222
Total	9.232	7.188
Ativo circulante	3.750	561
Ativo não circulante	5.482	6.627
Total	9.232	7.188

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação pela Companhia. (a) Refere-se ao valor retido das faturas emitidas das parcelas da contraprestação. (b) Os valores de PIS e COFINS a recuperar referem-se aos créditos advindos das operações de aquisição de serviços pela Companhia no período de construção da Arena das Dunas. **8. Despesas antecipadas:**

	2014	2013
ABC Futebol Clube	242	1.695
América Futebol Clube	242	1.695
Prêmios de seguros a apropriar	40	38
Total	524	3.428
Ativo circulante	524	2.944
Ativo não circulante	-	484
Total	524	3.428

Saldo decorrente dos contratos de patrocínios firmados com o "ABC Futebol Clube" e o "América Futebol Clube" e com vigência de 19 meses, que prevê a utilização da marca dos clubes por parte da Arena das Dunas. **9. Empréstimos e financiamentos:**

	Encargos financeiros anuais	Ano de vencimento	2014	2013
Financiamentos				
BNDES	TJLP + 3,44%	2026	392.187	390.471
(-) Custos de transação			(2.585)	(3.168)
Total			389.602	387.303
Passivo circulante			36.356	10.881
Passivo não circulante			353.246	376.422
Total			389.602	387.303

Para a execução dos custos iniciais das obras de construção do Estádio das Dunas - "Arena das Dunas", a Companhia obteve em 14/10/2012 a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, nomeados contratualmente como BNDES subcrédito A e BNDES subcrédito B, no montante total de R\$ 396.575. No exercício de 2014 houve uma liberação de parcela no montante de R\$12.710. Os juros são pagos mensalmente juntamente com as parcelas mensais e sucessivas do principal, até o vencimento da dívida que ocorre em 15 de janeiro para o subcrédito A e 15/10/2026 para o subcrédito B. A seguir está apresentada a movimentação ocorrida no período:

	2013	Baixas	2014
Subcréditos			
Principal Juros	324.915	5.124	330.039
Juros Principal	12.173	27.551	(31.921)
Juros Principal	(4.994)	(826)	(5.820)
Amortização custo de trans.	-	-	-
Principal Juros Total	319.921	26.655	346.576
BNDES CB Suécrito "A"	324.915	5.124	330.039
BNDES CB Suécrito "B"	58.948	1.484	60.432
Custos de transação	-	-	(3.168)
Total	383.863	6.608	388.303

Para a execução dos custos iniciais das obras de reconstrução, manutenção e gestão da Arena das Dunas, a Companhia emitiu em 8/05/2012 a primeira e única série de debêntures privadas junto à Vinci Gestora de Recursos S.A. Os juros são pagos anualmente, com carência de principal até 30/05/2015. A partir desta data, o principal será pago anualmente conforme fluxo financeiro acordado em contrato juntamente com os juros prefixado de 10,4% a.a. + IPCA. O vencimento da dívida ocorre em 30/05/2020. A seguir está apresentada a movimentação ocorrida no exercício:

	2013	Juros Adi.	Amortização Custo	2014
Prin- cipal Juros Total	7.001	7.001	13.949	(13.741)
Circulante	-	-	-	8.973
Prin- cipal Juros Total	7.001	7.001	13.949	(13.741)
Circulante	-	-	-	8.973
Total	7.001	7.001	13.949	(13.741)

* continuação		Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31/12/2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)			
O valor da dívida tem a seguinte composição por vencimento:					
	2016	2017	2018 em diante	Total	
Principal e juros	10.352	11.943	48.012	70.307	
(-) Custo da transação a amortizar	(56)	(56)	(168)	(281)	
Total	10.296	11.887	47.844	70.026	
Não existem cláusulas de repactuação para as debêntures. "Covenants" contratuais. As debêntures possuem cláusulas restritivas referentes à manutenção de índices financeiros, apurados e revisados semestralmente pelo Agente Fiduciário. O não cumprimento das referidas cláusulas pode acarretar no vencimento antecipado automático das debêntures. Além desses compromissos financeiros, existem outros compromissos assumidos, dentre os quais: • Ocorrência de cisão administrativa ou alterações por órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental, trabalhista, previdenciário ou de defesa da concorrência, entre outros, que possam resultar em uma mudança adversa relevante; • Mudança no controle acionário, sem a prévia autorização do Debiturista; • Não realizar novos investimentos ou assumir novos compromissos de investimentos, com exceção dos investimentos destinados ao Projeto, sem a autorização do Debiturista; • Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título até o início do recebimento da contraprestação pública. Em 31/12/2014, todas as cláusulas contratuais foram integralmente cumpridas. As debêntures têm como agente garantidor a OAS S.A. 11. Partes relacionadas: Os saldos com partes relacionadas são representados por:					
	2014	2013			
Dividendos a pagar					
OAS Arenas (a)	4.774	9.771			
Contas a pagar					
Consórcio Arena Natal (b)		8.181			
Total	4.774	17.952			
Resultado					
Consórcio Arena Natal (b)	1.317	216.823			
(a) Refere-se ao valor de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício (Nota 14 (b)). (b) Saldos decorrentes do contrato de engenharia, demolição e remoção do antigo estádio "Machadão" e "Machadinho", fomento e construção das obras civis da Arena das Dunas e de seu estacionamento. O valor no resultado refere-se ao serviço de construção prestados pela construtora OAS S.A. e COESA Engenharia Ltda. Remuneração da administração: Os gastos com pagamento aos administradores da Companhia durante o exercício findo em 31/12/2014 e de 2013 têm sido custeados pelo acionista controlador (OAS Arenas S.A.).					
12. Tributos e contribuições a recolher:	2014	2013			
ISS a recolher	580	14			
DNS retido a recolher	54	1			
PIS/COFINS/CSLL a recolher	16	5			
IR retido na fonte	92	67			
Total	742	87			
Os saldos de ISS, PIS e COFINS referem-se à aplicação dos referidos tributos sobre receita de serviços prestados menos os montantes pagos ou compensados até esta data.					
13. Tributos diferidos:	2014	2013			
IRPJ diferido	25.759	15.588			
CSLL diferido	9.274	5.611			
COFINS diferido	50.247	42.161			
PIS diferido	10.891	9.153			
ISS diferido	33.532	30.570			
Total	129.703	103.083			
Passivo circulante	17.860	-			
Passivo não circulante	111.843	103.083			
Total	129.703	103.083			
Os saldos de IRPJ, CSLL, ISS, PIS e COFINS diferidos referem-se à aplicação dos referidos tributos sobre o ativo financeiro. Os saldos estão sendo liquidados com o recebimento das contraprestações mensais. 14. Patrimônio líquido: (a) Capital social: No primeiro semestre de 2014, os acionistas da Companhia integralizaram capital no montante de R\$ 7.624 através de moeda corrente nacional. Em 31/12/2013, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital da Companhia em R\$ 28.012 mediante a emissão de 28.012.000 ações ordinárias. Em 31/12/2014, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado pela OAS Arenas S.A. aumentou em R\$ 7.000 passando de R\$ 68.012 para R\$ 75.012 representado por 75.012.000 ações ordinárias ao valor nominal de R\$ 1 (um real) cada. (b) Dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme ata da assembleia geral ordinária realizada em 31/04/2014, os acionistas aprovaram o cancelamento dos dividendos mínimos constituídos em 31/12/2013, 2012 e 2011 no montante de R\$ 9.771. Desta forma este valor foi revertido para o patrimônio líquido. Em 31/12/2014, foi reconhecido o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 4.774. (c) Reserva Legal: A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital. A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar pre-					
juízos e aumentar o capital. (d) Reserva de retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros refere-se ao saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.					
15. Receita líquida:	2014	2013			
Receita de construção	1.616	266.162			
Receita de operação (a)	19.427	-			
Receita adicional	6.112	-			
Atualização do ativo financeiro	105.505	71.456			
Total	132.660	337.618			
Impostos incidentes sobre a receita	(29.088)	(37.928)			
Receita líquida	103.572	299.690			
(a) Refere-se à parcela variável da contraprestação o que corresponde a 15% da parcela integral mencionada na nota explicativa nº 5.					
16. Demonstração do resultado por natureza:	2014	2013			
Serviços de construção	1.317	216.823			
Pessoal	8.358	3.453			
Água e energia elétrica	1.873	-			
Contratos com clubes	3.703	-			
Serviços de terceiros	803	254			
Alugueiros	209	-			
Viagens e representações	599	193			
Impostos e taxas	324	-			
Seguros	960	-			
Custo de manutenção	512	-			
Depreciação e amortização	38	18			
Outros	6.573	1.759			
Total	25.269	222.500			
Custos dos serviços prestados	5.820	216.823			
Despesas gerais e administrativas	19.449	5.677			
Total	25.269	222.500			
17. Resultado financeiro:	2014	2013			
Receitas financeiras: Juros sobre aplicações financeiras	3.096	326			
Outras receitas financeiras	187	14			
Subtotal	3.283	340			
Despesas financeiras: Juros sobre emprést. e financiamentos	(32.403)	(22.167)			
Juros e atualização monetária sobre debêntures	(13.949)	(15.900)			
Outras despesas financeiras	(1.298)	(733)			
Subtotal	(47.650)	(38.800)			
Total	(44.367)	(38.460)			
18. IR e CS sobre o lucro: Os valores de IR e CS que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:	2014	2013			
Lucro antes do IR e CS	33.936	38.730			
Alíquota nominal do IR e CS	34%	34%			
IR e CS às alíquotas da legislação	(11.538)	(13.168)			
Adições:					
Despesas não dedutíveis	(73)	(4)			
Outras	(2.223)	(4)			
IR e CS registrado no resultado	(13.834)	(13.172)			
a) Lei nº 12.973 - Conversão em Lei da Medida Provisória nº 627 ("MP 627"). Em 13/05/2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014. A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos e optou pela antecipação da adoção das regras e disposições previstas na nova legislação no exercício de 2014. 19. Gestão de risco financeiro: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e a captação de recursos para financiar a construção da Arena. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2014 e 2013. Exposição a risco com taxa de juros: A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais e da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e do IPCA. A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. A tabela a seguir demonstra a variação razoavelmente possível nas taxas de juros, com todas as outras variáveis mantidas constantes. Além do cenário provável, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.198/09, determinou					
que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.					
	Risco	Taxa contrato	Cenário Provável 2014	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Operação					
Passivo					
Emprést. e financiamentos	TJLP	3,44% + TJLP	389.602	410.056	411.030
Debêntures	IPCA	10,40% + IPCA	86.154	89.592	89.807
Subtotal			475.756	499.648	500.837
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa			266	280	280
Aplicação financeira curto prazo	CDI	100% CDI	23.808	25.041	25.101
Aplicação financeira longo prazo	CDI	100% CDI	17.134	18.022	18.064
Subtotal			41.208	43.343	43.446
Total			434.548	456.305	457.391
Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descumprimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela área de tesouraria.					
Gestão de Capital: A Companhia demonstra abaixo o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos classificados no circulante e não circulante e debêntures), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.					
			2014	2013	
Empréstimos e financiamentos			389.602	387.303	
Debêntures			85.873	85.946	
(-) Caixa e equivalentes de caixa			(24.074)	(11.025)	
Dívida líquida			451.401	462.224	
Total do patrimônio líquido			(131.481)	(99.381)	
			319.920	362.843	
Índice de alavancagem financeira			71%	78%	
Instrumentos financeiros: A seguir apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria, em 31/12/2014 e 2013:					
			2014	2013	
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa			24.074	11.025	
Ativo financeiro da concessão			692.501	673.892	
			716.575	684.917	
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado					
Fornecedores			689	1.060	
Partes relacionadas			-	8.181	
			689	9.241	
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos			389.602	387.303	
Debêntures			86.154	85.946	
			475.756	473.249	
Hierarquia do valor justo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.					
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado			Nível 1	Nível 2	
Caixa e equivalentes de caixa			24.074	-	
Ativo financeiro			-	692.501	
			24.074	692.501	
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado					
Fornecedores			689	-	
			689	-	
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos			-	389.602	
Debêntures			-	86.154	
			-	475.756	
20. Seguros: A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. A Companhia possui contratado seguro de responsabilidade civil e de garantia para cobrir riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão. A seguir demonstramos as principais coberturas de seguros vigentes em 31/12/2014.					
Modalidade			Vigência	Cobertura	
Garantia de obrigações públicas			15/04/2015	40.000	
Responsabilidade civil geral			04/12/2015	50.000	
Risco nomeados e operacionais			04/12/2015	549.179	

* continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. Natal - RN**. Examinamos as demonstrações financeiras da Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada

e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevan-

tes, a posição patrimonial e financeira da Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 25 de fevereiro de 2014 sem ressalvas.

Salvador, 25 de Fevereiro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**Auditores Independentes**

CRC-nº 2SP 011.609/O-8-"F" BA

José Luiz Santos Vaz Sampaio

Contador

CRC-BA nº 015.640/O-3

Deloitte.